

Sarney apressa a conver-

Aylê-Salassie

O governo está praticamente decidido a negociar com os credores do Brasil a conversão de parte da dívida externa em capital de risco de empresas brasileiras, até mesmo algumas estatais, desde que mantido o controle acionário dessas empresas. Segundo estudos existentes no Ministério da Fazenda, a economia brasileira teria condições de absorver anualmente investimentos da ordem de 4 bilhões de dólares.

Ontem, depois de uma conversa com o ministro da Fazenda, o Secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Neto, revelou que Bresser Pereira aguarda apenas a conclusão dos estudos sobre o assunto no Banco Central e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para levar a questão ao presidente José Sarney, que tem pressa em examiná-la.

O porta-voz revelou que, enquanto os economistas e a própria população estão excitados — “e com razão” — com os indicadores da inflação e do emprego, o presidente Sarney está preocupado mesmo é com as limitações do empresariado brasileiro para retomar seus investimentos de risco na economia.

Segundo Frota Neto, a experiência do Plano Cruzado, provocando elevação dos níveis de consumo da população, tornou evidente as dificuldades do empresariado brasileiro de investir na expansão das próprias empresas. “Nesses últimos cinco anos, a indústria brasileira não se beneficiou praticamente de novos investimentos”, observou.

Pressão

Ao mesmo tempo, a elasticidade do consumo e até mesmo o crescimento vegetativo da população vêm pressionando a economia por novos fluxos de investimento, sem encontrar respostas adequadas da parte do empresariado brasileiro, o que obriga o governo a adotar medidas fortes para, ao contrário de expandir o consumo, contê-lo.

Esse quadro torna claro para o governo a necessidade de nova injeção de recursos na economia, especialmente nos setores produtivos. Uma das alternativas que se oferecem, além da capitalização da poupança interna, via Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), é a entrada de novos recursos externos, o que está na dependência da renegociação da dívida externa.

O Brasil exige, como condição para reiniciar os entendimentos sobre a moratória da dívida, que o mercado financeiro internacional seja reaberto aos pedidos de financiamentos brasileiros. As autoridades econômicas estão, entretanto, conscientes de que essa entrada líquida de recursos não é impossível, mas pode ser demorada.

Obstáculos

Assim, a velha tese, que vem desde os tempos do ex-ministro Delfim Netto, de converter parte da dívida em capital de risco de empresas brasileiras está sendo retomada pelo governo Sarney, como alternativa aceitável e, do ponto de vista conjuntural, até mesmo necessária.

Tanto o presidente quanto o ministro da Fazenda estão conscientes de que existem obstáculos, dentro do próprio governo especificamente no Banco Central, para encaminhar mais rápido a questão. Parte dos técnicos do Banco não é favorável à solução, e outra faz restrições. E, por essa razão, os estudos têm caminhado lentamente dentro do Banco Central, ritmo que é favorecido pelas constantes trocas de presidente no Banco.

Sem entrar no mérito da metodologia de trabalho adotada pelo Banco Central, o porta-voz do Palácio do Planalto afirma que “o presidente quer uma decisão rápida sobre o assunto”. Segundo se sabe, o ministro Bresser Pereira já teria recebido instruções de Sarney nesse sentido.

Diretrizes

Segundo Frota Neto, o presidente tem exigido de seus ministros uma visão mais dinâmica da economia, mais precisamente — “e sem emocionalismos” — da relação capital estrangeiro versus capital privado e estatal. “Existem áreas em que o Estado não abre mão de sua presença exclusiva”, disse. Em outra, atua na tentativa de estimular o capital privado a aportar novos recursos para o setor, e outras em que estão, de certa forma, livres para o capital privado estrangeiro ou nacional. E, finalmente, os três segmentos tanto

podem trabalhar isolados, quanto somar esforços através de associações.

Esse modelo abre grandes perspectivas para a transformação do que hoje pode-se chamar de “capital especulativo”, da dívida, e portanto oneroso ao país, em investimento produtivo, capaz de amenizar as pressões do crescimento da economia brasileira.

Assim, explica Frota Neto, uma das primeiras decisões do projeto do governo que prevê a conversão da dívida externa em capital de risco das empresas brasileiras é a definição das áreas de investimento abertas ao capital estrangeiro dentro da economia.

A segunda questão a ser definida é o tipo de conversão que poderá ser feita. Nesse sentido, o secretário de Imprensa aborda três opções: investimento no controle acionário de empresas brasileiras ou estrangeiras no Brasil (a Nestlé, Esso, a Volkswagen e outras funcionam assim); o regime das “joint-ventures”, em que o capital estrangeiro detém a maioria do capital, mas a gestão é nacional; ou o modelo japonês do “meio a meio” (fifty-to-fifty), como operam o grupo Gerdau e a IMB na área da informática.

A terceira questão a exigir uma definição clara do projeto do governo é a maneira como esses recursos serão absorvidos: através de investimentos novos; aquisição de ações no mercado; ou bônus de empresas brasileiras que podem ser recolocados no exterior. Embora tímida, a experiência do Citibank na realização de operações de compra de ações tem dado até agora resultados positivos, sem ameaças de desnacionalização às empresas brasileiras, observa Frota Neto.

O Secretário de Imprensa da Presidência da República lembra que existe no Ministério da Fazenda um estudo que indica a capacidade da economia brasileira de absorver anualmente em capital de risco de empresas brasileiras recursos da ordem de 4 bilhões de dólares.

Nesse caso, tomando como reais os resultados de um trabalho recente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e considerando a baixa cotação das ações em Bolsa, estima-se que, em cinco anos, se não houver um controle rigoroso do fluxo de recursos externos no mercado de ações, o investimento estrangeiro estaria em condições de controlar acionariamente o capital das 200 maiores empresas brasileiras com ações em Bolsa, entre elas algumas estatais, de porte como a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, Banco do Brasil e outras, chamadas de “blue-chips”, ou seja aquelas que apresentam boa rentabilidade, liquidez e segurança para o investidor.

Os próprios banqueiros se adiantam à decisão de propor ao Brasil a conversão de parte de seus créditos aqui em investimento direto. O Citicorp, “holding” do Citibank, maior credor do Brasil (4,6 bilhões de dólares) está disposto a negociar esse tipo de alternativa. Dois bancos canadenses estão propondo aplicar 10 por cento dos créditos financeiros que têm aqui em investimento em empresas brasileiras. Da mesma forma, alguns bancos europeus e japoneses não verificam grande dificuldade para isto. Dirigentes de algumas dessas instituições já vieram, inclusive, a Brasília comunicar pessoalmente ao presidente José Sarney decisões nesse sentido tomadas pelos Conselhos de Administração das respectivas organizações.

A questão não é, entretanto, fácil de ser decidida, embora todas as pressões caminhem nesse sentido. Se apenas sete dos maiores credores do Brasil optassem nesse momento por aplicar 10 por cento dos créditos na economia brasileira, a entrada desses recursos poderia ameaçar todas as medidas de controle da inflação e das taxas de juros que aí estão, com a expansão da base monetária.

Os sete maiores credores do Brasil juntos detêm um crédito aqui da ordem de 16 bilhões de dólares, o que significaria uma injeção de recursos novos na economia da ordem de 1,6 bilhão de dólares, o que, ao câmbio médio de Cz\$ 30, significaria uma injeção de recursos na economia — porque o Banco Central teria de converter, pelo menos, esses dólares contáveis em cruzados da ordem de quase Cz\$ 50 bilhões. Essa é uma das razões pelas quais o Banco Central tem se mostrado cuidadoso em emitir um parecer sobre a questão.

rsão da dívida

linde et

30/5/87, SÁBADO • 7